



Um ano difícil para negociar

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

do Estado por acordo político, a hiperinflação o fará, mesmo sem esse acordo.

Os otimistas mencionados no início do artigo, ou seja, os que apostam numa estagflação, acham que não haverá fôlego para a hiperinflação. A recessão no início do próximo ano, associada à forte aceleração inflacionária dos últimos meses, tenderá a erodir os ganhos salariais proporcionados pelo reajuste que recompôs o "pico" de 1986 para largas categorias de trabalhadores.

Este cenário supõe, também, duas outras coisas. De um lado, que o movimento sindical não terá força para reverter o processo ou gerar uma crise política de grandes proporções. De outro, que haverá algum limite ao apetite gastador do Estado.

Outra questão básica ligada a um cenário desse tipo é a possibilidade de se imaginar alguma estabilidade para as taxas de inflação, ainda que em patamares muito elevados, 15 ou 20% ao mês. Economistas hoje no governo, como Francisco Lopes e Yoshiaki Nakano, acham que isso é possível e seria decorrência do efeito regulador da desaceleração econômica e dos salários reais. Muitos outros economistas, do professor Edmar Bacha a Ibrahim Eris, acham que pensar em tal estabilidade é praticamente impossível.

Mas todos, mais uma vez, convergem num ponto: se a estabilidade não for possível e a trajetória for de hiperinflação, o governo fará um novo choque. Isso parece a economistas e empresários tão certo quanto o dia sucede à noite. A forma do choque pode variar de um congelamento integral, e por tempo indefinido, a um congelamento temporário, ou mesmo a uma indexação total ("otimização") — uma variação da idéia do congelamento.

Também há larguíssimo consenso de que ele será cada vez mais ineficaz e com componentes cada vez mais ortodoxos. A heterodoxia no combate à inflação acabou montando uma armadilha para si própria. Passada a surpresa do primeiro congelamento, os agentes admitem apostar num novo choque, tão logo os índices de inflação comecem a acelerar-se.

RIGOR NO CHOQUE

Conhecidos os efeitos negativos do congelamento anterior, muitas empresas preferem aumentar exageradamente sua margem de lucro, ainda que à custa da perda de mercado, para posicionar-se melhor quando o novo congelamento vier. Isso acirra o conflito com os salários, acelera rápida e fortemente a inflação e acaba sendo uma profecia auto-realizável: no fim da linha, o governo acabará fazendo um novo choque mesmo que já não creia piamente em sua eficácia.

Como a essência desse desarranjo está colocada nas expectativas, fica claro para todos que é preciso que o novo choque venha acompanhado do maior rigor possível em relação ao déficit público e ao controle monetário, na esperança de que os agentes possam levá-lo mais a sério. Daí por que, independentemente das convicções dos economistas sobre os efeitos inflacionários ou não do déficit público, os choques tendem a ficar cada vez mais ortodoxos.

Outra área em que existe razoável consenso entre os economistas em relação ao futuro imediato é que a vida ficará mais difícil lá fora. Há os que acreditam numa solução coordenada, menos traumática, para o ajuste do déficit comercial e fiscal norte-americano; há os que imaginam uma saída brusca. No primeiro cenário, há desaceleração mas não recessão profunda, nem generalizada. No segundo, a recessão nos Estados Unidos é inevitável e poderá ser acompanhada pelos outros países desenvolvidos.

O consenso é que em ambos os cenários o Brasil

perde algo se comparado aos últimos anos. O mercado norte-americano, que absorve um terço das exportações, será menor e dificilmente compensável pela Europa e/ou Japão. Deverá haver mais protecionismo e, mais à frente, alta dos juros internacionais.

Isso quer dizer que a questão da dívida externa continuará sendo um fator de indefinição e insegurança, ainda que o acordo que está sendo discutido acabe assinado, e em termos razoáveis. Mais do que isso, ficará a definir o papel que o País quer reservar ao capital externo e a brecha que procurará disputar na divisão do capitalismo internacional. Quanto menos definida estiver esta questão, mais incertezas cercarão a dívida externa.

A RECEITA

O ministro Bresser Pereira costuma argumentar que a crise econômica atual é a mesma que se instalou em 1980; a única diferença é que, pela primeira vez em sete anos, as pessoas estão levando a sério sua dimensão. Resta saber para que direção de solução se inclinará a sociedade brasileira.

A receita liberal mais ortodoxa voltou a ganhar charme com os problemas da Nova República, embora não tenha acrescentado, de fato, nada de novo a seu receituário tradicional. A crença básica é que a combinação entre uma profunda cirurgia no déficit público, acompanhada pela forte redução da presença estatal, poderá conter a inflação, contornar a crise fiscal do setor público e restabelecer a confiança interna e externa.

Por ser um programa econômico compatível com a visão do FMI e dos credores, ele ajudaria a compor uma solução negociada bastante favorável para a dívida externa. Com ela, voltariam os investidores internacionais. Seria uma saída que passaria por um período de ajuste e desaceleração mas seria, para tomar uma expressão do ex-ministro Delfim Netto, uma "recessão útil", e não "inútil" como a atual.

Os que têm memória sabem das dificuldades que os economistas liberais tiveram, quando no governo, para fazer cirurgias sobre o déficit público e conhecem as limitações que a solução negociada com os credores impõe. Em todo caso, o desgaste da visão alternativa e a receptividade do apelo antiestatizante podem dar alento e este tipo de sugestão.

Uma outra visão menos ortodoxa mas não socializante acha que o déficit não se resolve com cortes, por maiores que sejam. A única saída para o impasse é alguma desvalorização da dívida externa e/ou interna. Sem isso, não se retoma a confiança, nem os investimentos. Hoje há razoável concordância sobre a necessidade de reduzir a presença do Estado em alguns setores produtivos, na necessidade de modernização do aparelho estatal, mas persiste a idéia que os investimentos públicos continuarão sendo um farol importante para a retomada do crescimento.

Essa visão rejeita como ineficaz e politicamente insustentável o modelo de ajuste da dívida via FMI, que tenta equilibrar a equação externa através de uma compressão duradoura dos salários e do consumo interno.

Uma terceira opção, largamente conhecida, seria a socialista. Provavelmente, contudo, o debate em torno do acerto político acabará girando em torno, especialmente, das propostas liberais e desta outra visão que talvez pudesse ser chamada, a grosso modo, como intervencionista modernizadora. Ambas, a esta altura, já exerceram o Poder e mostraram suas fraquezas.

Em todo caso, se é verdade que as definições para a economia dependem crucialmente das definições políticas, como os economistas parecem cada vez mais acreditar, é bom prestar atenção ao debate mais ideológico das idéias econômicas. Nunca ele foi tão pouco teórico.